

Ação Comunitária do Brasil – São Paulo

Demonstrações Contábeis acompanhadas do  
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2016

## Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independent  
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar  
Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.granthornton.com.br](http://www.granthornton.com.br)

Aos: Associados, Conselheiros e Administradores da  
Ação Comunitária do Brasil - São Paulo  
São Paulo – SP

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Ação Comunitária do Brasil – São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ação Comunitária do Brasil – São Paulo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

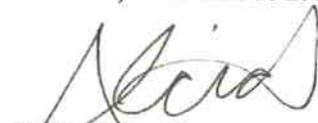
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2017.



Alcides Afonso Louro Neto  
CT CRC 1SP 289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras sem restrição	4	1.854	1.131
Recursos vinculados a projetos	5	3.215	2.270
Contas a receber	6	1.344	1.069
Estoques		178	180
Outros créditos	7	3.039	3.457
Impostos a recuperar		3	3
Despesas antecipadas		33	30
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>9.666</u>	<u>8.140</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais		79	72
Outras contas a receber		18	-
Impostos a recuperar	8	160	160
Imobilizado	9	1.941	2.164
Intangível		68	83
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>2.266</u>	<u>2.479</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>11.932</u>	<u>10.619</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	472	384
Férias e encargos	11	481	580
Impostos a recolher		13	7
Recursos vinculados a projetos	5	3.215	2.270
Outras contas a pagar		235	267
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>4.416</u>	<u>3.508</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	12		
Patrimônio social		7.111	7.664
Superávit (déficit) acumulado		405	(553)
		<u>7.516</u>	<u>7.111</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>11.932</u>	<u>10.619</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Com restrições</b>			
Contribuições e doações	13	2.099	4.070
		<u>2.099</u>	<u>4.070</u>
<b>Sem restrições</b>			
Contribuições e doações	14	5.570	5.136
Venda de produtos	15	4.495	4.008
Aluguel		59	157
Trabalho voluntário	24	517	501
		<u>10.641</u>	<u>9.802</u>
<b>Total das receitas operacionais</b>		<u>12.741</u>	<u>13.872</u>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Com restrições</b>			
Assistência social	16a	(2.099)	(4.070)
		<u>(2.099)</u>	<u>(4.070)</u>
<b>Sem restrições</b>			
Assistência social	16b	(3.233)	(3.123)
Custo dos produtos vendidos	17	(2.755)	(2.532)
Despesas com venda de produtos	18	(1.370)	(1.338)
Depreciação e amortização		(256)	(206)
Despesas com mobilização de recursos	19	(1.475)	(1.889)
Despesas administrativas e gerais		(793)	(907)
		<u>(9.882)</u>	<u>(9.995)</u>
Trabalho voluntário	24	(517)	(501)
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>		<u>(12.498)</u>	<u>(14.566)</u>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<u>242</u>	<u>(694)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		251	229
Despesas financeiras		(88)	(88)
		<u>163</u>	<u>141</u>
<b>(Déficit) superávit do exercício</b>		<u>405</u>	<u>(553)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	7.572	92	7.664
Transferência para o patrimônio social	92	(92)	-
Superávit do exercício	-	(553)	(553)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>7.664</u>	<u>(553)</u>	<u>7.111</u>
Transferência para o patrimônio social	(553)	553	-
Déficit do exercício	-	405	405
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>7.111</u>	<u>405</u>	<u>7.516</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Das atividades operacionais</b>		
(Dpeficit) superávit do exercício	405	(553)
<b>Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	256	206
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	10	135
	670	(212)
<b>(Aumento) / Redução das contas do ativo</b>		
Revursos vinculados a projetos	(945)	636
Contas a receber	(275)	213
Estoques	2	143
Outros créditos	418	(463)
Impostos a recuperar	1	(3)
Despesas antecipadas	(3)	3
Depósitos judiciais	(7)	(44)
Outros ativos	(18)	150
<b>Aumento / (Redução) das contas do passivo</b>		
Fornecedores	88	8
Salários, férias e encargos a pagar	(99)	44
Recursos vinculados a projetos	945	(636)
Impostos a recolher	6	(1)
Outras contas a pagar	(32)	95
	751	(67)
<b>Caixa consumido pelas atividades operacionais</b>		
<b>Das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(28)	(685)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	(28)	(685)
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	723	(752)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.131	1.883
No final do exercício	1.854	1.131
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	723	(752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo, sob nome fantasia “Vocação”, foi constituída em 1967. É uma Entidade de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza.

Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducativos, socioassistenciais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, à instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário sustentável e à empresas privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 10 de abril de 2017.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), particularmente à NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela

Resolução CFC nº 1255/09, bem como disposições específicas estabelecidas pela Resolução CFC No. 1409/12, que aprovou a ITG 2002(R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

### **Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

## **3. Principais políticas contábeis**

A Entidade aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

### **a) Instrumentos financeiros**

#### **i) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio

do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

## **ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Despesas operacionais – Financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da Entidade compreendem as "Aplicações financeiras – recursos sem restrição".

### **Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição**

São instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustado ao seu valor de mercado em contrapartida do superávit do exercício.

## **iii) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a Receber", "Outros créditos" e "Recursos vinculados a projetos" e

### **Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

### **Recursos vinculados a projetos**

A Entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet e FUMCAD, que ainda não foram aplicados nos projetos, detalhado na nota explicativa 5.

#### iv) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade desconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio, do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Entidade tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, recursos vinculados a projetos e outras contas a pagar.

#### b) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques compreendem os brindes não realizados até o término do exercício e outros materiais.

#### c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

**d) Intangíveis**

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

**e) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

**f) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

**g) Demais passivos circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

**h) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Entidade não é parte envolvida em nenhum processo judicial. Consequentemente, não existe provisão para cobrir eventuais riscos.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

**i) Patrimônio social**

Constituído pela dotação inicial de bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e direitos, acrescido (ou diminuído) pelo superávit (ou déficit) apurado em cada exercício.

**j) Receita operacional**

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

**Doações sem restrições**

Cujos doadores não estipulam condições específicas a serem cumpridas pela Entidade. Essas doações são contabilizadas como receitas quando recebidas.

**Doações com restrições**

Cujos doadores determinam em quais atividades os recursos devem ser aplicados. A Entidade mantém essas doações no passivo circulante (na rubrica “Recursos vinculados a projetos”) e as reconhece como receitas à medida em que os recursos são aplicados.

**k) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros; e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**l) Gratuidade**

Tendo em vista que a Entidade é uma Entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21.

**m) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### 4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras sem restrição

	2016	2015
Caixa	9	9
Bancos conta movimento	32	27
Aplicações financeiras (i)	1.813	1.095
	<b>1.854</b>	<b>1.131</b>

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

#### 5. Recursos vinculados à projetos

	2016	2015
Bancos - conta corrente	2.827	1.348
Aplicações financeiras	334	463
Projetos a receber	54	459
	<b>3.215</b>	<b>2.270</b>

Recursos vinculados à projetos representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de lei incentivados. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados nas atividades ligadas ao projeto. Todo o rendimento é revertido para aplicação no projeto.

#### Lei Rouanet

A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura. As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Plano Anual de Atividade (Projeto Pronac 153793), mencionado na nota explicativa nº 16a.

#### FUMCAD

O FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade.

Os projetos que recebem esses recursos atualmente são os Projeto Música em Ação, Projeto Famílias e Comunidade em Rede e Projeto Jovens de Ação mencionados na nota explicativa nº 16a.

**6. Contas a receber**

	2016	2015
Venda de produtos no país	1.426	1.128
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(82)	(59)
	<b>1.344</b>	<b>1.069</b>

**7. Outros créditos**

	2016	2015
Nota fiscal paulista a receber (i)	2.612	2.544
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	275	733
Projetos especiais a receber	30	2
Outros	122	178
	<b>3.039</b>	<b>3.457</b>

- (i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, as entidades de assistência social e da área da saúde podem se beneficiar no Programa da Nota Fiscal Paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da Nota Fiscal Paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa.

Durante o exercício foram cadastrados notas e cupons fiscais a favor da Entidade, que geraram créditos no Programa Nota Fiscal Paulista no montante de R\$ 2.600 de receita, sendo R\$ 2.612 previsto para liberação do valor integralmente até abril de 2017.

- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados pela Ação Comunitária com recursos próprios para financiamento dos projetos, devido a atraso no repasse das verbas da prefeitura do município de São Paulo. Os valores estão previstos para recebimento em 2017.

**8. Impostos a recuperar**

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992 a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital contra o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à Fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2016 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

## 9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2016	2015
Computadores e periféricos	20%	210	286
Instalações	10%	263	293
Móveis e utensílios	10%	67	86
Veículos	10%	85	126
Máquinas e equipamentos	10%	234	267
Edifícios	1,50%	1.082	1.106
		<b>1.941</b>	<b>2.164</b>

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2016 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Computadores e periféricos	286	-	-	(76)	210
Instalações	293	14	(7)	(37)	263
Móveis e utensílios	86	1	-	(20)	67
Veículos	126	-	-	(41)	85
Máquinas e equipamentos	267	5	(1)	(37)	234
Edifícios	1.106	-	-	(24)	1.082
	<b>2.164</b>	<b>20</b>	<b>(8)</b>	<b>(235)</b>	<b>1.941</b>

## 10. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores	470	383
Educador social	2	2
	<b>472</b>	<b>384</b>

## 11. Férias e encargos

	2016	2015
Salários e encargos	137	199
Provisão de férias	345	381
	<b>481</b>	<b>580</b>

## 12. Patrimônio líquido

Os superávits da Entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. O patrimônio social representa os superávits e déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da Assembleia Geral dos Associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu Estatuto Social, artigo nº 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de Assistência Social congênera registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

**13. Contribuições e doações – com restrições**

	2016	2015
Projeto Pronac 153793	1.412	-
Música em Ação	139	-
Famílias Comunidade em Rede	16	-
Jovens de Ação	385	-
Vocação Sustentável	147	-
Projeto Pronac 147067	-	1.582
Conexão Jovem	-	1.815
Famílias que Educam	-	673
	<b>2.099</b>	<b>4.070</b>

Recursos vinculados a projetos descritos na nota explicativa n.º 5.

**14. Contribuições e doações – sem restrições**

	2016	2015
Programa nota fiscal paulista (i)	2.944	2.837
Empresa cidadã-manutenção (ii)	1.423	1.405
Doações e editais privados	322	196
Contribuições regulares	399	331
Eventos e parcerias	482	367
	<b>5.570</b>	<b>5.136</b>

(i) Vide nota explicativa 7.

(ii) O Projeto Empresa Cidadã (PEC) foca o patrocínio de turmas nas organizações sociais parceiras, aproximando os jovens de uma realidade mais favorável, de perspectiva e cidadania.

**15. Venda de Produtos**

	2016	2015
Receita bruta em venda de produtos	4.524	4.030
Deduções da receita bruta	(29)	(22)
	<b>4.495</b>	<b>4.008</b>

**16. Custos e despesas operacionais**

A Entidade tem no centro de sua missão a inclusão e proteção social por meio de programas socioassistenciais, educacionais, culturais, de esporte e lazer, de preservação ambiental, de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário, para a defesa e garantia de direitos, procurando solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho viabiliza-se no estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações sociais em estreita vinculação com famílias e comunidade. As ações sociais são desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento Integral, Centro de Desenvolvimento Comunitário e Centro de Orientação para o Trabalho:

### 16a. Custos com assistência social – com restrições

- **Projeto Música em Ação** - O Projeto Música em Ação se destinará a ampliar o universo cultural de crianças, adolescentes e adultos por meio de ofertas e oportunidades socioeducativas em sua região de abrangência que acontecerão na Ação Comunitária - Unidade Jardim Icarai. Dessa forma, as atividades serão realizadas em aliança com famílias, equipamentos públicos e organizações sociais do território para a criação de um Polo Experimental de Música.
- **Projeto Famílias e Comunidade em Rede** – Este Projeto terá, em síntese, como foco central as ações de capacitação de lideranças para uma atuação junto às famílias dos usuários dos serviços socioassistenciais no aprofundamento da aplicação dos princípios da Abordagem Colaborativa em direção a uma consciência e mobilização de vontades para uma participação propositiva na formulação de projetos comunitários que expressem o desejo de transformação de suas comunidades.
- **Projeto Jovens de Ação** – Promover a autoria infanto-juvenil e a capacidade de 8898 crianças e jovens gerirem seu próprio aprendizado visando o pleno desenvolvimento nos territórios de Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar e M´Boi Mirim, por meio de diversificadas práticas associativas, artísticas, formativas, a multiplicação e a incidência política na defesa de direitos da infância e da juventude, assim como a disseminação de hábitos saudáveis e de consumo responsável.
- **Projeto Vocação Sustentável** – Fomentar práticas que visem o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e adultos a partir de princípios básicos de sustentabilidade e por meio de atividades socioeducativas baseadas na experiência e na participação da comunidade: família, escola e demais equipamentos públicos presentes no território.
- **Projeto Plano Anual de Atividade** - Estimular a experiencição, produção, mediação, circulação e difusão de saberes, como garantia da democracia cultural, à crianças, adolescentes e jovens do programa de desenvolvimento integral, em 22 Organizações Sociais parceiras de atendimento da região sul do Município de São Paulo e das cidades de Itapeperica da Serra e Embu Guaçu, por meio de projetos de ação cultural em artes cênicas, plásticas e manifestações populares.

Composição dos custos de assistência social com restrição 2016 e 2015:

	2016	2015
<b>Projetos Incentivados</b>		
Projeto Pronac 153793	(1.412)	-
Música em Ação	(139)	-
Famílias Comunidade em Rede	(16)	-
Jovens de Ação	(385)	-
Vocação Sustentável	(147)	-
Projeto Pronac 147067	-	(1.582)
Conexão Jovem	-	(1.815)
Famílias que Educam	-	(673)
	<b>(2.099)</b>	<b>(4.070)</b>

Os registros nessas rubricas correspondem aos custos de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

#### **16b. Despesas com assistência social – sem restrições**

- **Centro de Desenvolvimento Integral** - O Centro de Desenvolvimento Integral é a área da Vocação dedicada ao trabalho socioeducativo. Seu objetivo é promover o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de processos de formação permanente de profissionais atuantes nos serviços socioassistenciais públicos e privados.
- **Centro de Desenvolvimento Comunitário** – Visa promover o desenvolvimento local de forma ampla e integrada, incentivando a aproximação entre organizações sociais, famílias e outros atores das regiões atendidas, elegendo a cooperação como valor essencial para o desenvolvimento de uma comunidade preocupada com a proteção das crianças, adolescentes e jovens.
- **Centro de Orientação para o Trabalho** - O Centro de Orientação para o Trabalho é responsável pelo fortalecimento do potencial profissional dos jovens, bem como pela inserção destes em oportunidades dignas de trabalho. A área baseia-se em parcerias ganha-ganha com o setor empresarial: ao mesmo tempo que os jovens atendidos alcançam seus objetivos de capacitação profissional, as empresas se beneficiam com a contratação de pessoas qualificadas.

Composição dos custos com assistência social sem restrição 2016 e 2015:

	2016	2015
Centro de Desenvolvimento Integral	(1.537)	(1.969)
Centro de Desenvolvimento Comunitário	(615)	(405)
Centro de Orientação para o Trabalho	(1.081)	(749)
	<b>(3.233)</b>	<b>(3.123)</b>

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

#### **17. Custo dos produtos vendidos**

	2016	2015
Personalização de produto	(99)	(133)
Matéria Prima	(37)	(37)
Custo para gravação de imagem	(102)	(127)
Custo de aquisição de produtos para revenda	(2.517)	(2.235)
	<b>(2.755)</b>	<b>(2.532)</b>

### 18. Despesas com vendas de produtos

	2016	2015
Despesas com pessoal	(970)	(869)
Despesas com catálogo e distribuição	(320)	(248)
Despesas com comunicação e telefonia	(21)	(50)
Representantes	(18)	(29)
Outras despesas	(41)	(142)
	<b>(1.370)</b>	<b>(1.338)</b>

### 19. Despesas com mobilização de recursos

	2016	2015
Despesas com pessoal	455	481
Despesas com marketing e eventos	106	492
Representação e serviços tomados	780	793
Outras despesas	134	123
	<b>1.475</b>	<b>1.889</b>

### 20. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da Entidade, exceção feita à remuneração do Superintendente. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

### 21. Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da lei 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º Inciso II da Seção I da Saúde e pelo art.13º §1º Inciso III “a” e “b” da Seção II da Educação, e também pelo art.18º §1º e §2º da Seção III da Assistência Social. Conforme demonstrativo a seguir:

Números (em quantidades) de atendimentos em 2016 e 2015 (dados não auditados):

	2016	2015
Programa Crê-Ser	1.958	2.669
Programa Preparação Para o Trabalho	443	649
Programa Primeiras Letras	-	147
Centro de Orientação para o Trabalho	104	124
Pessoas atendidas	<b>2.505</b>	<b>3.589</b>

	2016	2015
<b>Projetos Complementares</b>		
Projeto Pronac 153793	1.414	-
Música em Ação	249	-
Famílias Comunidade em Rede	3.673	3.318
Jovens de Ação	2.154	2.019
Vocação Sustentável	277	3.318
<b>Pessoas atendidas</b>	<b>7.767</b>	<b>8.655</b>

## 22. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social. De acordo com o disposto no § 2º do Art. 24, da Lei 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação, o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o número 71000.098395/2014-24 deferido em 19 de julho de 2015.

## 23. Isenção previdenciária usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída – INSS em R\$ 1.027 (R\$ 1.174 em 2015)

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

## 24. Trabalho Voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou todo o valor de trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2016 e 2015.

Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2016	2015
Serviços de auditoria	27	25
Serviço de proteção de crédito	135	113
Anúncios gratuitos na internet	355	363
	<b>517</b>	<b>501</b>

**25. Avals, fianças e garantias**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade não apresentava quaisquer avals, fianças e garantias.

**26. Instrumentos financeiros**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

**Gestão de risco de capital**

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

**Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

**Riscos associados**

A Entidade opera apenas com Instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

**Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

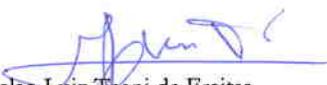
**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

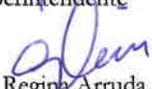
**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

\* \* \*



Celso Luiz Teani de Freitas  
Superintendente



Celia Regina Arruda  
Contadora  
CRC 1SP173663-O9